



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.063, DE 2024**

**(Do Sr. Pompeo de Mattos)**

Isenta o Imposto de Renda os valores recebidos por atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos, Jogos Paralímpicos e Jogos Pan-Americanos a título de premiação.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-3035/2024.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



## **PROJETO DE LEI Nº      de 2024.**

(Deputado Pompeo de Mattos)

Isenta o Imposto de Renda os valores recebidos por atletas brasileiros medalhistas em *Jogos Olímpicos, Jogos Paralímpicos e Jogos Pan-Americanos* a título de premiação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda os valores recebidos por atletas brasileiros em Jogos Olímpicos, Jogos Paralímpicos e Jogos Pan-Americanos, a título de premiação, pagos pelo Comitê Olímpico Internacional, pelo Comitê Paralímpico Internacional, pela Organização Desportiva Pan-Americana, pelo Governo Federal ou por qualquer de seus órgãos.

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:  
(...)

**XXIV** – os valores recebidos por atletas brasileiros em Jogos Olímpicos, Jogos Paralímpicos e Jogos Pan-Americanos, a título de premiação, pagos pelo Comitê Olímpico Internacional, pelo Comitê Paralímpico Internacional, pela Organização Desportiva Pan-Americana, pelo Governo Federal ou por qualquer de seus órgãos;

(...)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**





Este projeto de lei tem como objetivo isentar do imposto de renda os valores recebidos por atletas brasileiros nas principais competições esportivas, como os Jogos Olímpicos, Jogos Paralímpicos e Jogos Pan-Americanos, a título de premiação. A isenção se aplica aos valores pagos pelo Comitê Olímpico Internacional, pelo Comitê Paralímpico Internacional, pela Organização Desportiva Pan-Americana, pelo Governo Federal ou por qualquer de seus órgãos. Esta proposta busca reconhecer o valor simbólico e prático das conquistas olímpicas para o Brasil e incentivar a prática esportiva no país.

As conquistas olímpicas são fruto de anos de dedicação, sacrifício e superação por parte dos atletas. Cada medalha conquistada é símbolo de força, determinação e talento, além de ser um grandioso incentivo para que as novas gerações.

A trajetória do Brasil em competições olímpicas começou nos jogos Olímpicos de 1920, na Bélgica. A delegação foi composta por 22 atletas, todos homens, que conquistaram três medalhas no tiro desportivo: uma de ouro, uma de prata e uma de bronze. Desde então, a participação do Brasil em competições internacionais cresceu, incluindo uma maior representação feminina.

Em 2016, o Rio de Janeiro sediou os Jogos Olímpicos de Verão, tornando-se a primeira cidade da América do Sul a receber o maior evento esportivo mundial. Esse marco destacou a importância do esporte no cenário nacional e internacional.

Em 29 de dezembro de 2006, foi sancionada a lei nº 11.438 de incentivo ao esporte. Em 2022, essa lei foi prorrogada até 2027, ampliando os limites dedutíveis do Imposto de Renda para 7% para pessoas físicas e 2% para pessoas jurídicas.

No entanto, o Brasil ainda enfrenta grandes desafios, como a desigualdade social e o pouco incentivo ao esporte. Muitos atletas brasileiros vêm de origens humildes e enfrentam dificuldades para seguir suas carreiras, frequentemente sem patrocínio. Em um cenário de acentuada desigualdade, o esporte se apresenta como um mecanismo de inclusão social que tem o poder de amenizar os problemas brasileiros, especialmente contemplando as camadas sociais mais vulneráveis. Programas esportivos bem estruturados, que trabalhem com crianças em situação de





risco, ajudariam essas crianças a se socializar, aprender a perder e ganhar, e a jogar em equipe, contribuindo para a formação de melhores cidadãos.

Além disso, os atletas atualmente são tributados pelos prêmios recebidos em dinheiro. Quanto às medalhas, estas são isentas de tributação, garantidas pela Lei nº 11.488/2007.

Um exemplo recente é dos Jogos Olímpicos de Paris-2024. A atleta brasileira com o maior número de medalhas na história das Olimpíadas, Rebeca Andrade, receberá R\$ 826 mil com a premiação pelo ouro individual, duas pratas individuais e um bronze por equipes. Do total da bonificação que o Comitê Olímpico do Brasil (COB), Rebeca precisará pagar R\$ 227.150,00 à Receita Federal, de acordo com a tabela do imposto sobre a renda das pessoas físicas de 2025 (ano-base de 2024). Após a tributação, restarão R\$ 598.850,00 para a atleta.

Ao premiar atletas sem ônus tributário, estamos valorizando o esporte e demonstrando total apoio aos representantes olímpicos, recompensando seus esforços e assim estimular mais jovens a seguirem carreiras esportivas.

É importante salientar que a isenção proposta tem um impacto pequeno aos cofres públicos, considerando que os competições não ocorrem anualmente.

Assim, a presente proposta busca isentar a tributação do Imposto de Renda sobre os valores recebidos por atletas brasileiros em campeonatos mundiais como os Jogos Olímpicos, Jogos Paralímpicos e Jogos Pan-Americanos. Essa é uma medida justa e necessária que busca reforçar o compromisso com o desenvolvimento esportivo, bem como o reconhecimento do esforço e dedicação dos atletas brasileiros, que abdicam de muitas coisas para trazer medalhas para o nosso País. Além de promover saúde, a cidadania entre os brasileiros.

Diante disso, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, reafirmando nosso compromisso com o esporte, a saúde e o bem estar da população brasileira.

Brasília, de agosto de 2024.

**POMPEO DE MATTOS**  
DEPUTADO FEDERAL  
PDT- RS

Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes  
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:198812-22:7713">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:198812-22:7713</a>
--	---

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------